

# CAPÍTULO 32

## O Salário Mínimo e seu Potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil

João Saboia\*

### 1 INTRODUÇÃO

O salário mínimo é um tema que vem interessando os especialistas brasileiros há muitos anos. Se, no passado, as preocupações estavam mais voltadas para seus efeitos sobre o mercado de trabalho,<sup>1</sup> mais recentemente o interesse tem se voltado também para a sua influência sobre a distribuição de renda e a pobreza por meio de mecanismos de transferência de renda da política de seguridade social.<sup>2</sup>

Apesar das grandes flutuações ocorridas com o salário mínimo a partir de sua criação, em 1940, desde meados da década de 1990 ele vem passando por um processo sustentado de crescimento. Simultaneamente, o País tem experimentado um processo de melhoria da distribuição de renda, revertendo-se, assim, a tendência passada de agravamento das desigualdades de rendimento.

A redução das desigualdades na distribuição de renda pode ser comprovada tanto pelos rendimentos do trabalho quanto pelos rendimentos individuais (trabalho e outros rendimentos) em geral, ou, ainda, pelo rendimento *per capita* (familiar ou domiciliar). Em outras palavras: o movimento tem sido generalizado, independentemente do corte utilizado, o que indica seu caráter estrutural. A tendência de melhoria acentuou-se na década atual conforme demonstrado pela nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2006) intitulada *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil* e reeditada nesta publicação (ver vol. 1, p. 15).

Remuneração mínima oficial do País, o salário mínimo (que ora em diante indicaremos também por SM) vem crescendo há cerca de

\* João Saboia é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). O autor agradece a Fabio Roitman, a Julia Torracca, a Laura Beraldo e a Renata Alvim, o auxílio no processamento dos dados utilizados ao longo deste texto.

<sup>1</sup> Ver, por exemplo, os trabalhos pioneiros de Bacha, Mata e Modenesi (1972), de Bacha e Taylor (1978), de Souza e Baltar (1979), e de Macedo e Garcia (1980).

<sup>2</sup> Para alguns trabalhos recentes sobre o salário mínimo e seus efeitos sobre a distribuição de renda e a pobreza no Brasil ver, por exemplo, Barros, Corseuil e Cury (2000), Corseuil e Servo (2002), Foguel, Ramos e Carneiro (2001), e Neri, Gonzaga e Camargo (2001).

uma década de forma sustentada. Além de servir como piso oficial da Previdência Social e da Assistência Social, ele tem sido tomado ainda como referência para programas como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Portanto, o papel do SM transcende o mercado de trabalho por afetar também importante parcela da população não economicamente ativa.<sup>3</sup>

Tudo leva a crer que o crescimento do SM tenha influenciado, de alguma forma, a melhoria recente da distribuição de renda do País. Paralelamente a isso, pode ter contribuído também para o combate às elevadas taxas de pobreza. De qualquer forma, não está clara a dimensão do papel dele na melhoria da distribuição de renda e na redução da pobreza.

Embora o SM seja a remuneração mínima oficial, milhões de trabalhadores têm remuneração abaixo desse piso. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 20,5% das pessoas ocupadas com rendimento (cerca de 15 milhões de trabalhadores) recebiam, em 2005, menos que o SM, enquanto 14,3% (10,7 milhões) recebiam exatamente o valor do SM.

Na Previdência Social, o papel do SM é indiscutível. Ainda segundo a Pnad, 58% dos aposentados e 60% dos pensionistas recebiam, em 2005, um SM. A combinação de reajustes bem mais generosos para o SM do que para o conjunto de pensões e aposentadorias oficiais nos últimos anos tem feito que cada vez mais ele se transforme na referência básica para a remuneração de aposentados e de pensionistas do regime geral. Em 1995, por exemplo, o percentual de aposentados que recebiam exatamente um SM era de 49% e, o de pensionistas, de 52%; percentuais esses bem inferiores aos obtidos uma década depois.

Dada a importância do SM tanto para pessoas ativas quanto para inativas, ao considerar-se toda a população com rendimento (do trabalho, de aposentadorias, de pensões, de aluguéis, etc.) verifica-se que importante parcela recebe exatamente um SM. Em 2005, por exemplo, dos 99 milhões de pessoas com algum tipo de rendimento 19,1% recebiam menos que o SM, e, 19% recebiam exatamente um SM.

Os efeitos do SM sobre a pobreza são bem mais complexos, uma vez que essa está mais associada ao rendimento familiar, ou domiciliar, *per capita*, do que ao rendimento individual das pessoas. Embora pessoas com rendimentos individuais baixos geralmente pertençam a famílias pobres, nem sempre isso procede, pois é muito comum que famílias em posição relativamente favorável possuam um ou mais

<sup>3</sup> O livro *Salário mínimo e desenvolvimento*, publicado em 2005, ilustra as várias áreas de influência do SM (desenvolvimento econômico, mercado de trabalho, seguridade social, finanças públicas, distribuição de renda, etc.). Ver Baltar, Dedecca e Krein (2005).

membros com baixos rendimentos, e até mesmo recebendo o SM. Portanto, a relação entre SM e pobreza deve considerar esse fato.

Em resumo: trata-se a política do SM de um parâmetro universal que se aplica tanto para o mercado de trabalho quanto para a Previdência e a Assistência Social, com importantes repercussões sobre a distribuição de renda e a pobreza no País. Seus efeitos, entretanto, são complexos e devem ser estudados com cuidado se se pretende compreendê-los e interpretá-los corretamente.

O principal objetivo deste texto é procurar entender o potencial do SM para a melhoria da distribuição de renda no Brasil, com base na experiência da última década.<sup>4</sup>

## 2 EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO E DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O gráfico 1 mostra a evolução do SM desde meados dos anos 1940. Após uma queda acentuada por conta de um longo período sem reajuste, o SM passou por uma fase favorável durante a década de 1950 e o início dos anos 1960, por receber aumentos generosos nos governos Vargas, Kubstichek e João Goulart. Contudo, seguiu-se um período de queda do SM associada à política salarial dos governos militares. O SM permaneceu num patamar relativamente estável durante os anos 1970 e o início dos anos 1980, mas a explosão inflacionária da década de 1980 e o início dos anos 1990 repercutiram desfavoravelmente sobre ele. A partir de meados dos 1990, entretanto, o SM entrou em uma rota ascendente que permanece até os dias atuais. Entre 1994 e 2005, cresceu 62% em termos reais. Apesar disso, deve ser notado que seu nível real em 2005 era equivalente ao dos anos 1970.<sup>5</sup>

A comparação entre a evolução do SM e da distribuição de renda na última década mostra movimentos fortemente correlacionados; pois, ao mesmo tempo que o SM crescia em termos reais, os indicadores de desigualdade de rendimentos apontavam uma clara melhoria. O gráfico 2 ilustra esses dois movimentos. Tal resultado sugere que a política de recuperação do SM teria colaborado para o processo de melhoria da distribuição de renda no País. Nas próximas seções será desenvolvida uma discussão cuja finalidade é verificar o potencial do SM nesse processo.

<sup>4</sup> A questão do papel do SM na redução recente das desigualdades de rendimentos não foi abordada em Ipea (2006), apesar da amplitude da discussão sobre a distribuição de renda que tal estudo desenvolve.

<sup>5</sup> Em setembro de 2005, o SM valia R\$ 300. Para mais informações sobre o passado do SM, ver Saboia (1985).

**GRÁFICO 1**  
Salário mínimo real – 1944-2005

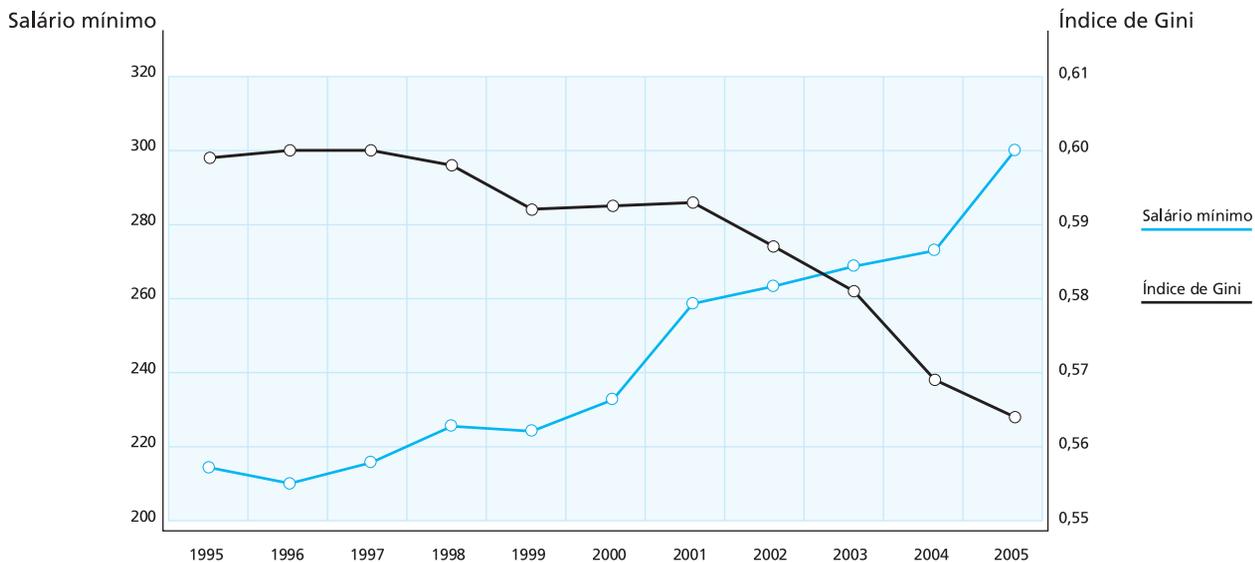


Fonte: Ipeadata.

Notas: <sup>1</sup> Série em R\$ de agosto de 2006, que utiliza como deflator o ICV-RJ da Fundação Getúlio Vargas (FGV), até março de 1979; e o INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o restante do período.

<sup>2</sup> O salário mínimo anual foi obtido por meio das médias mensais.

**GRÁFICO 2**  
Salário mínimo e índice de Gini da renda familiar *per capita* – 1995-2005



Fonte: Ipeadata.

Notas: <sup>1</sup> Valores do SM referentes aos meses de setembro de cada ano, inflacionados pelo INPC, com base em setembro de 2005.

<sup>2</sup> O índice de Gini de 2000 foi obtido por interpolação linear.

### 3 RENDIMENTOS DO TRABALHO

Os dados relativos à evolução dos rendimentos médios do trabalho de 1995 a 2005, apresentados na tabela 1, mostram um resultado desfavorável, com queda de 12,8% no rendimento real no período. A situação, entretanto, é bastante diferenciada conforme a posição dos indivíduos na estrutura de rendimentos. O terceiro décimo, exatamente aquele que recebia valores equivalentes ao SM em 2005, teve um crescimento de 33%. Os segundo e quartos décimos, cujos rendimentos estão no entorno do SM também tiveram algum crescimento no período. Contudo, os demais décimos da distribuição sofreram quedas em alguns casos consideráveis.

TABELA 1

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos de pessoas na faixa etária de 10 anos ou mais, ocupadas com rendimento, por décimos da distribuição – 1995 a 2005

Décimos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Varição (em %)
1ª	91	100	92	98	90	89	87	84	77	80	84	-7,9%
2ª	193	199	196	202	194	194	195	196	185	189	202	4,6%
3ª	225	240	237	244	239	250	262	261	264	271	299	33,0%
4ª	312	330	327	331	317	317	317	311	301	306	322	3,3%
5ª	407	424	424	431	410	408	405	393	370	385	404	-0,8%
6ª	518	543	541	537	508	506	503	495	462	470	489	-5,5%
7ª	683	708	701	696	656	646	636	610	578	580	609	-10,8%
8ª	952	976	968	950	890	873	857	839	776	784	812	-14,7%
9ª	1.493	1.528	1.513	1.487	1.385	1.362	1.338	1.299	1.203	1.202	1.227	-17,8%
10ª	4.344	4.442	4.380	4.324	3.953	3.943	3.934	3.834	3.488	3.429	3.600	-17,1%
Total	923	948	937	929	864	859	854	833	770	770	805	-12,8%

Fonte: IBGE, Pnads 1995-2005.

Notas: <sup>1</sup> Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2005.

<sup>2</sup> Os valores referentes a 2000 foram obtidos por interpolação linear.

Em termos de distribuição de renda, houve aumento da parcela da renda do trabalho recebida pelos sete décimos inferiores, mas houve queda para os demais. A tabela 2 ilustra os resultados. O maior aumento (1,2 pp) ocorreu no terceiro décimo, enquanto a maior queda (2,4 pp) foi verificada no décimo superior. Os resultados relativamente mais favoráveis para os décimos inferiores produziram uma queda no índice de Gini, o qual baixou, no período, de 0,585 para 0,544.

TABELA 2

Porcentagem da renda do trabalho apropriada por décimos da distribuição de rendimentos – 1995 a 2005

Décimos	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Varição/(p.p.)
1ª	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	0,1
2ª	2,1	2,1	2,1	2,2	2,3	2,3	2,3	2,4	2,4	2,5	2,5	0,4
3ª	2,5	2,5	2,5	2,6	2,8	3,0	3,1	3,1	3,4	3,5	3,7	1,2
4ª	3,4	3,5	3,5	3,6	3,7	3,7	3,7	3,7	3,9	4,0	4,0	0,6
5ª	4,4	4,5	4,5	4,6	4,7	4,7	4,7	4,7	4,8	5,0	5,0	0,6
6ª	5,6	5,7	5,8	5,8	5,9	5,9	5,9	6,0	6,0	6,1	6,1	0,5
7ª	7,4	7,5	7,5	7,5	7,6	7,6	7,5	7,3	7,5	7,5	7,6	0,2
8ª	10,3	10,3	10,3	10,2	10,3	10,2	10,0	10,1	10,1	10,2	10,1	-0,2
9ª	16,2	16,1	16,1	16,0	16,0	15,9	15,7	15,6	15,6	15,6	15,2	-1,0
10ª	47,1	46,8	46,7	46,5	45,7	45,9	46,1	46,1	45,3	44,6	44,7	-2,4

Fonte: IBGE, Pnads 1995/2005.

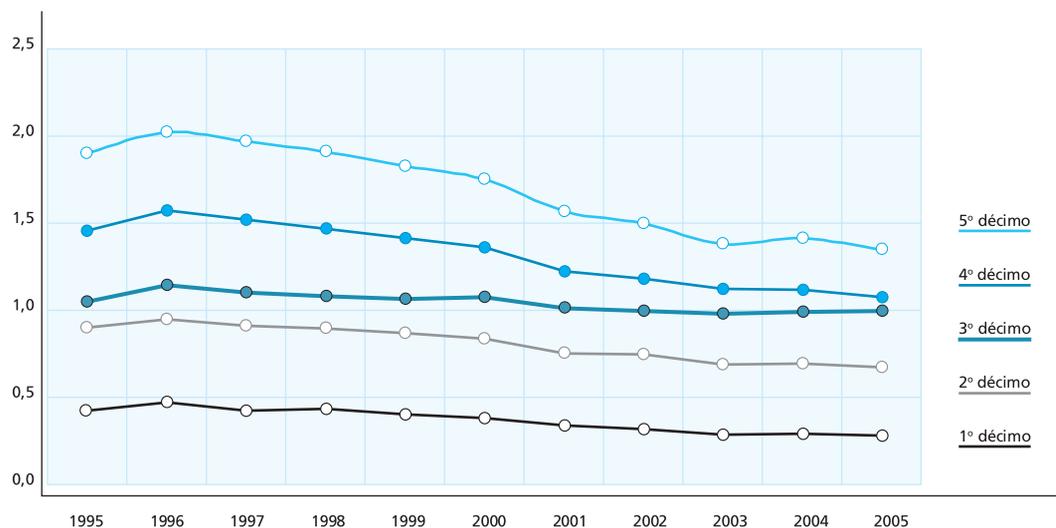
Nota: <sup>1</sup> Os dados referentes a 2000 foram obtidos por interpolação linear.

Quando considerados os níveis de rendimento do trabalho para os décimos inferiores da distribuição de rendimentos do trabalho, nota-se que apenas o terceiro décimo conseguiu manter seu nível de rendimento aproximadamente constante em relação ao SM. O segundo décimo, cujo rendimento médio representava 0,90 SM, em 1995, caiu para 0,67 SM em 2005. O quarto décimo caiu de 1,46 SM para 1,07 SM no período (ver gráfico 3). Portanto, à medida que o SM crescia, no período, havia uma tendência de descolamento dos rendimentos do trabalho para valores menores quando comparados com o SM.

A curva de Lorenz para a parcela de menores níveis de rendimentos do trabalho mostra claramente a situação. Em 1995, os trabalhadores que recebiam o SM se enquadravam entre o 14º e o 26º percentil, ao passo que em 2005 estavam entre o 20º e o 35º percentil. O gráfico 4 ilustra isso.

### GRÁFICO 3

Razão entre rendimento do trabalho e salário mínimo – 1995 a 2005



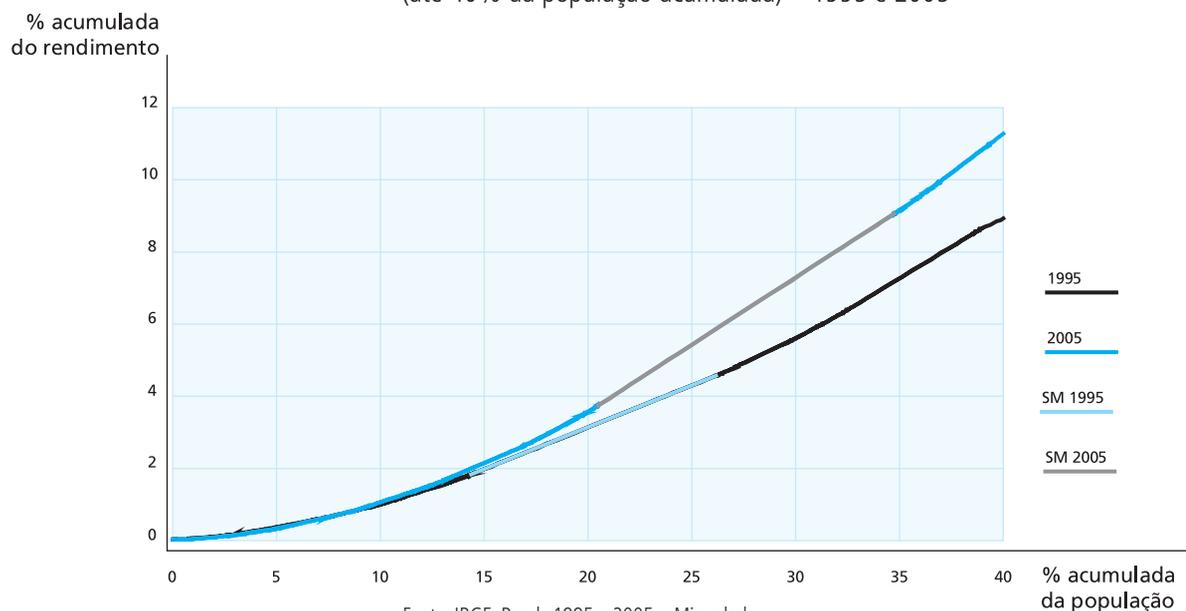
Fonte: IBGE, Pnads 1995-2005 e Ipeadata.

Notas: <sup>1</sup> O rendimento do trabalho referente a 2000 foi obtido por interpolação linear.

<sup>2</sup> O rendimento do trabalho e o SM foram inflacionados pelo INPC, com base em setembro de 2005.

### GRÁFICO 4

Curva de Lorenz para o rendimento do trabalho (até 40% da população acumulada) – 1995 e 2005



Fonte: IBGE, Pnads 1995 e 2005 – Microdados.

Nota: <sup>1</sup> Pessoas sem rendimento e sem declaração não foram consideradas.

Em outras palavras: o valor do SM aumentou no período e, ao mesmo tempo, também a porcentagem de pessoas que recebia menos de um SM. Assim, embora seja, oficialmente, a menor remuneração permitida de uma jornada regular de trabalho, o crescimento do SM não evitou que um maior percentual de trabalhadores fosse deslocado para o patamar daqueles com remuneração inferior ao valor de um SM.

#### 4 RENDIMENTOS DE PENSÕES E APOSENTADORIAS

Nos últimos anos, um dos fatos mais notáveis levantados pela Pnad foi o aumento representado pelas pensões e aposentadorias no total de rendimentos por ela captado. A tabela 3 apresenta a distribuição dos diversos tipos de rendimento.

TABELA 3

Distribuição dos diversos tipos de rendimento (%) – 1995 e 2005

Tipos de rendimento	1995	2005
Do trabalho	82,0	75,9
De aposentadorias oficiais	10,5	13,8
De outras aposentadorias	0,3	0,5
De pensões oficiais	2,8	4,3
De outras pensões	0,6	1,1
De aluguel	2,2	1,8
De doação	0,6	0,7
De outras transferências, juros e outros rendimentos	0,9	1,8
De todas as fontes	100	100

Fonte: IBGE, Pnads 1995 e 2005 – Microdados.

Entre 1995 e 2005, a parcela da renda do trabalho caiu de 82,2% para 75,9%. Em contrapartida, os rendimentos de aposentadorias oficiais subiram de 10,7% para 13,8%, e os de pensões oficiais de 2,8% para 4,3%. Tal fato resultou, por um lado, do processo de envelhecimento populacional e, por outro, da ampliação da seguridade social no País.

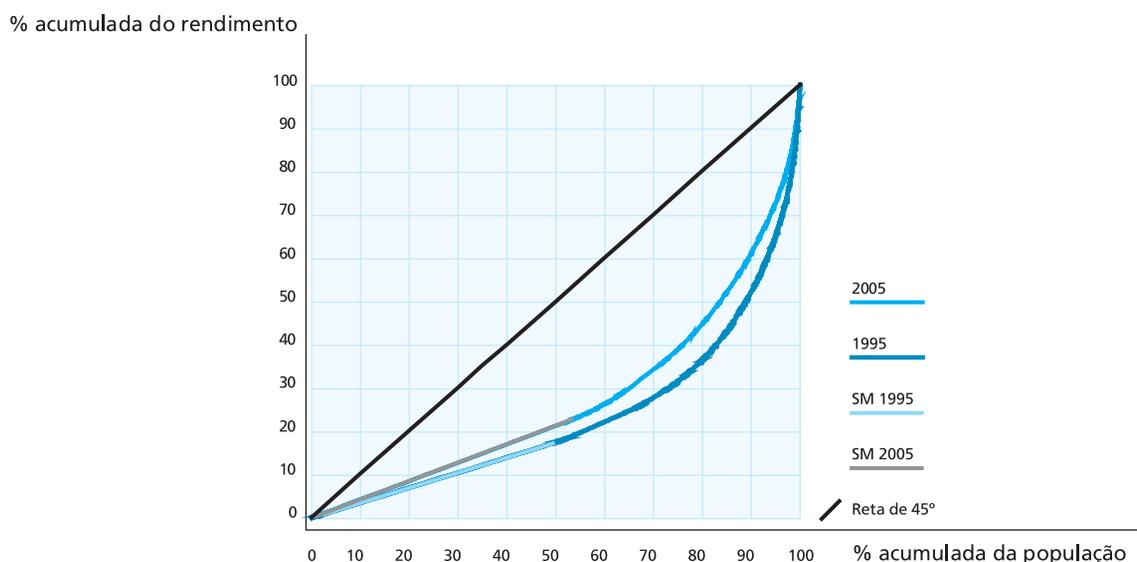
O crescimento do SM no período teve fortes repercussões sobre os rendimentos de pensões e aposentadorias. Na medida em que o SM representa o piso oficial desse tipo de rendimento, seu crescimento, acima do aumento das pensões e aposentadorias em geral, fez que o piso acabasse se transformando no valor pago à maior parcela dos aposentados e pensionistas do INSS (57,5% e 59,8%, respectivamente, em 2005).

O índice de Gini dos rendimentos de pensões e de aposentadorias oficiais caiu fortemente no período como resultado da elevação do SM, passando, então, de 0,541 para 0,457. A mudança na curva de

Lorenz (gráfico 5) deixa clara a importância do SM na distribuição de rendimentos de pensões e de aposentadorias.

## GRÁFICO 5

Curva de Lorenz para aposentadorias e pensões oficiais – 1995 e 2005



A parte inferior das curvas é representada por um segmento de reta, e o aumento do SM fez que a reta de 2005 ficasse acima daquela de 1995. Portanto, na medida em que representa o piso das pensões e aposentadorias oficiais, a elevação do SM teve, indiscutivelmente, forte repercussão sobre a melhoria da distribuição desse tipo de rendimento no período.

## 5 OUTROS TIPOS DE RENDIMENTOS E OS PROGRAMAS OFICIAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Infelizmente, a Pnad não separa os rendimentos associados a programas oficiais de transferência de rendimentos como o Vale-Gás, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família, os quais são captados na mesma rubrica juntamente com os juros, os dividendos e outros rendimentos financeiros. No caso do BPC, o SM possui um papel fundamental, uma vez que o valor do benefício é igual ao do próprio SM.

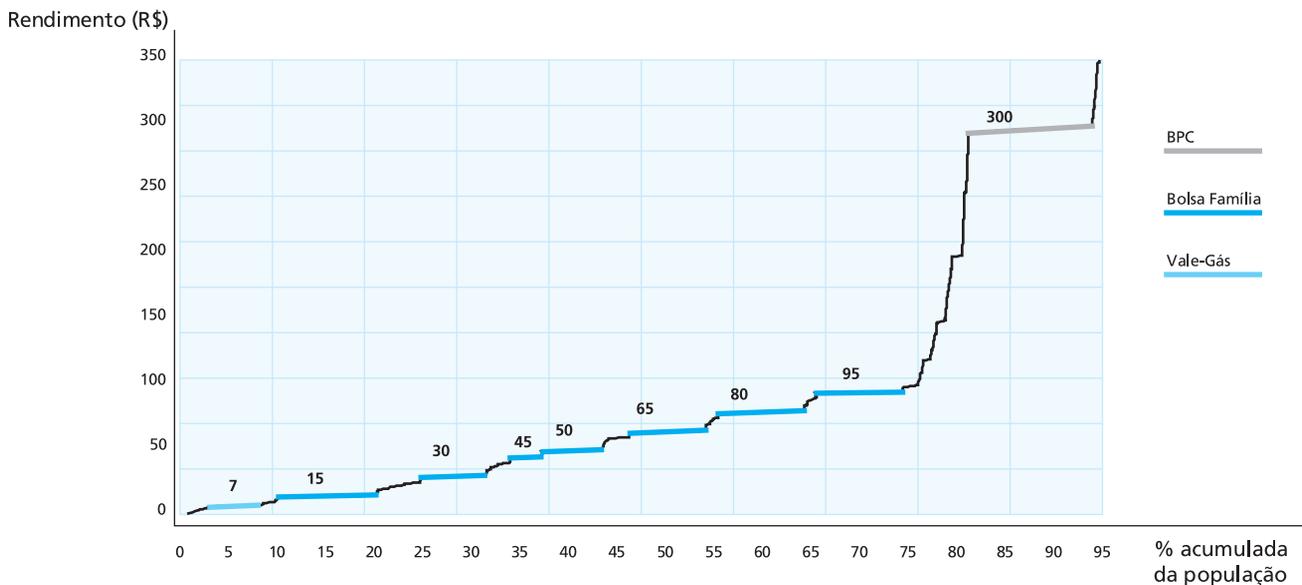
A importância desses programas pode ser deduzida com base no número de pessoas que declaram rendimentos nessa rubrica. Enquanto em 1995 apenas 2,8 milhões de pessoas informaram ter recebido algum rendimento desse tipo, em 2005 esse total subiu para 9,3 milhões. Nesse último ano, 1,2 milhão (12,4%) dos informantes dessa rubrica indicaram ter recebido exatamente o valor do SM.<sup>6</sup>

Uma forma de tentar identificar o tipo de rendimento recebido nessa ampla rubrica é mediante a verificação do valor indicado pelo informante. O gráfico 6 ilustra os dados coletados em 2005.

Os valores destacados no gráfico representam possíveis receptores do Vale-Gás (R\$ 7,00), do Bolsa Família (R\$ 15,00, R\$ 30,00, R\$ 45,00, R\$ 50,00, R\$ 65,00, R\$ 70,00 e R\$ 95,00), e do BPC (R\$ 300,00) em 2005. Conforme pode ser verificado, a grande maioria (69%) das pessoas que informou ter recebido algum tipo desses rendimentos indicou valores que poderiam estar associados aos três programas.

## GRÁFICO 6

Outras transferências, juros e outros rendimentos – 2005



Fonte: Pnad 2005 – Microdados.

Nota: <sup>1</sup> Segundo a Pnad, 95% das pessoas que declaram receber transferências, juros e outros rendimentos, em 2005, informaram ter recebido até o valor de R\$ 350,00.

<sup>6</sup> O total de beneficiários do BPC é cerca do dobro das pessoas que, segundo a Pnad, informaram ter recebido um SM, o que sugere o fato de uma parcela dos receptores do BPC ter informado esse tipo de rendimento em outras rubricas da Pnad.

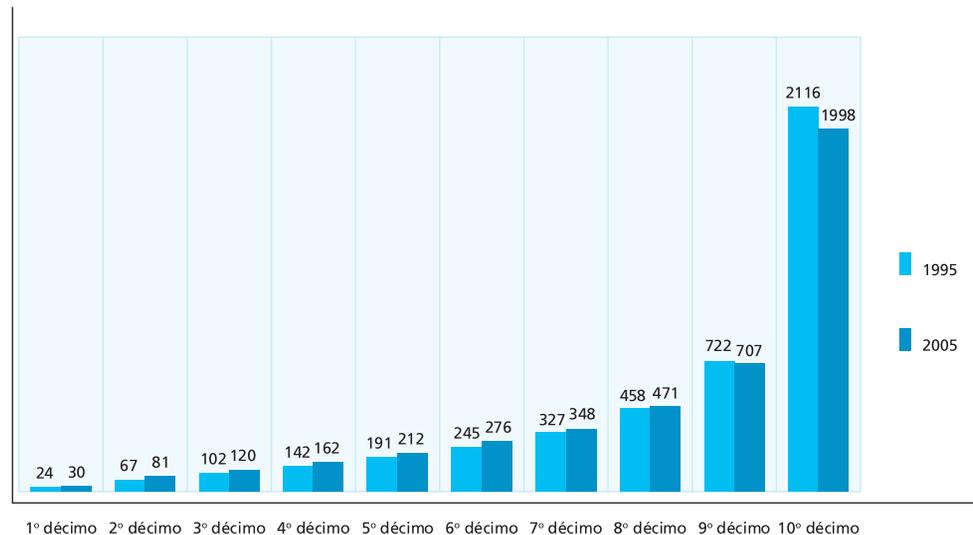
## 6 SALÁRIO MÍNIMO E RENDA FAMILIAR *PER CAPITA*

A melhor variável para verificar a distribuição de renda do ponto de vista do bem-estar da população é a renda familiar *per capita*. Portanto, para avaliar o potencial do SM na melhoria da distribuição de renda o desejável seria verificar onde se inserem as pessoas que recebem um SM segundo sua posição na distribuição da renda familiar *per capita*.

A redução na desigualdade da renda familiar *per capita* entre 1995 e 2005 foi relativamente alta, com a queda do índice de Gini de 0,599 para 0,564. O gráfico 7 ilustra a situação. Cabe notar que os oito décimos inferiores da distribuição da renda familiar *per capita* tiveram aumentos no período, enquanto os dois décimos superiores sofreram quedas. De sua parte, o crescimento percentual dos vários décimos decresce à medida que se caminha dos décimos inferiores para os superiores, o que significa uma inequívoca melhoria na distribuição da renda familiar *per capita*. Apesar do avanço observado, a desigualdade na distribuição dos rendimentos familiares *per capita* permaneceu bastante elevada se comparada à do padrão internacional.

### GRÁFICO 7

Rendimento familiar *per capita* médio mensal real por décimos da distribuição – 1995 e 2005



Fonte: IBGE, Phads 1995 e 2005.

Notas: <sup>1</sup> Valores em R\$ de setembro de 2005.

<sup>2</sup> Exclusive o rendimento dos pensionistas, dos empregados domésticos e dos parentes dos empregados domésticos.

Conforme pode ser observado, o rendimento familiar *per capita* do décimo superior era 66 vezes maior que o encontrado, em 2005, no primeiro décimo (e 88 vezes maior em 1995). Por sua vez, o rendimento familiar *per capita* do último ano, correspondente a  $\frac{1}{4}$  do SM, verificava-se no segundo décimo e, o de  $\frac{1}{2}$  SM, entre o terceiro e o quarto décimos, enquanto o de 1 SM se encontrava entre o sexto e o sétimo décimos da distribuição de rendimentos. O rendimento familiar *per capita* médio era, em 2005, de R\$ 440,00, significando, assim, que os sete primeiros décimos estavam abaixo do valor médio.

A localização das pessoas com *rendimentos do trabalho* iguais a um SM na distribuição do rendimento familiar *per capita* mostra resultados bastante interessantes, e, até certo ponto, surpreendentes (ver gráfico 8).

Em primeiro lugar, praticamente não há quem receba o SM no primeiro décimo da distribuição do rendimento familiar *per capita*. Em outras palavras: tais famílias são tão pobres que nem sequer têm acesso a trabalhos que as remunerem em um SM. Se o tivessem, provavelmente subiriam para os próximos décimos.

A maior concentração de pessoas que recebem um SM de rendimento do trabalho ocorre do terceiro ao sétimo décimo da distribuição do rendimento *per capita*, ou seja, está abaixo do rendimento familiar *per capita* médio.

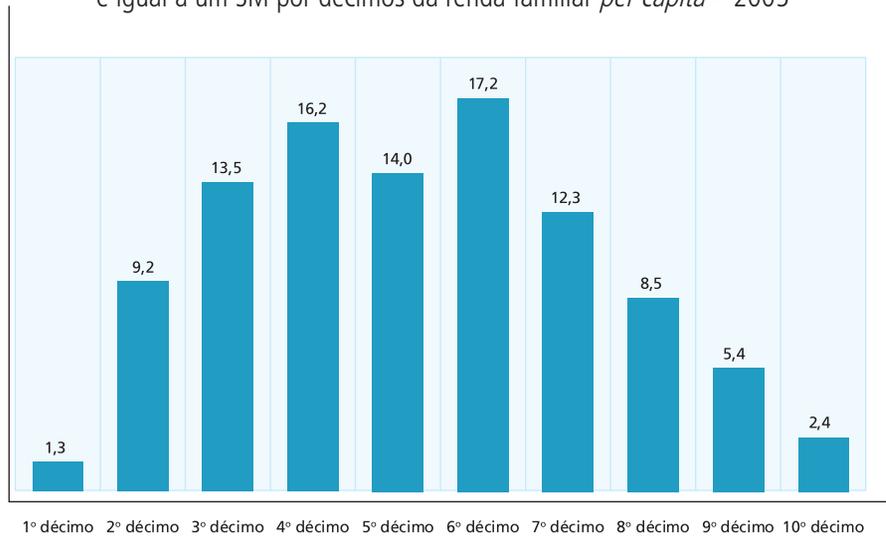
Há muitas pessoas recebendo o SM mesmo nos décimos superiores – 16,3% nos três superiores, e 2,4% no último, isto é, naquele de maiores rendimentos familiares *per capita*.

Portanto, embora a maior parte das pessoas que recebe o SM como rendimento do trabalho esteja enquadrada nos décimos médios e inferiores da distribuição do rendimento familiar *per capita*, há transbordamento para os décimos superiores e, ao mesmo tempo, o SM praticamente não atinge o décimo inferior de rendimentos.

A situação é semelhante quando se considera a distribuição de *pensões* e de *aposentadorias* cujo valor é igual ao SM, ocorrendo, nesse caso, um deslocamento da curva para os níveis um pouco mais altos de rendimento familiar *per capita* (ver gráfico 9). A maior concentração é obtida no sexto décimo (renda familiar *per capita* próxima a um SM) no qual se encontram quase 30% dos aposentados e dos pensionistas que recebem o SM.

## GRÁFICO 8

Distribuição percentual das pessoas com rendimento do trabalho cujo valor é igual a um SM por décimos da renda familiar *per capita* – 2005



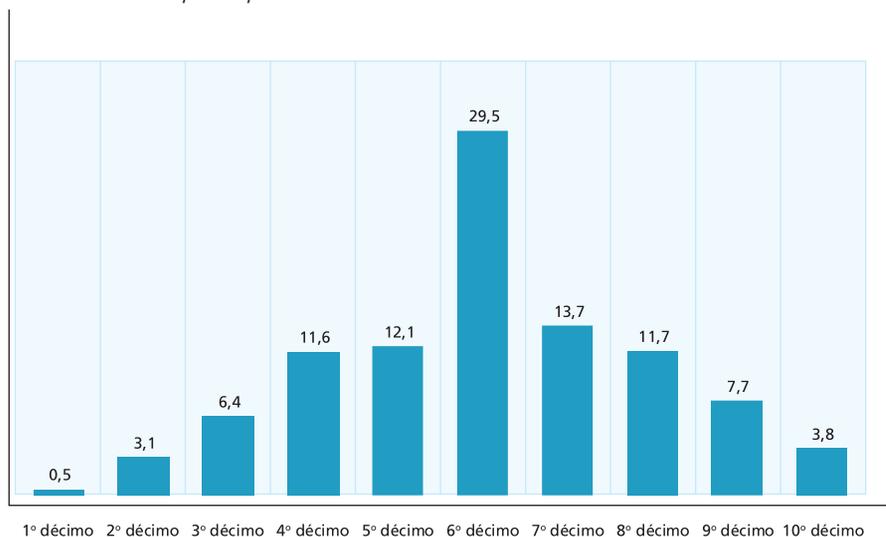
1º decimo 2º decimo 3º decimo 4º decimo 5º decimo 6º decimo 7º decimo 8º decimo 9º decimo 10º decimo

Fonte: IBGE, Pnad 2005 – Microdados.

Nota: <sup>1</sup> Exclui o rendimento dos pensionistas, dos empregados domésticos e dos parentes dos empregados domésticos.

## GRÁFICO 9

Distribuição percentual das pessoas com rendimento de aposentadorias e de pensões oficiais cujo valor é igual a um SM por décimos da renda familiar *per capita* – 2005



1º decimo 2º decimo 3º decimo 4º decimo 5º decimo 6º decimo 7º decimo 8º decimo 9º decimo 10º decimo

Fonte: IBGE, Pnad 2005 – Microdados.

Nota: <sup>1</sup> Exclui o rendimento dos pensionistas, dos empregados domésticos e dos parentes dos empregados domésticos.

Verifica-se, mais uma vez, que nas famílias mais pobres (até o segundo décimo) é relativamente raro encontrar pensões e aposentadorias iguais ao SM. Conforme esperado, reduz-se o percentual de receptores de pensões e de aposentadorias oficiais iguais ao piso de um SM à medida que as famílias com maiores níveis de rendimento são consideradas. Entretanto, mesmo nos três décimos superiores, em que os rendimentos são superiores à média de R\$ 440,00 se encontram 23,2% daqueles que recebem pensões e aposentadorias cujo valor é igual a um SM, dos quais 3,8% se enquadram no último décimo.

Como a maior parte das pessoas com piso de um SM como rendimento do trabalho, de pensões ou de aposentadorias, localiza-se nos sete décimos inferiores à média dos rendimentos familiares *per capita*, a elevação do SM tende a beneficiá-las, o que favorece a melhoria da distribuição da renda. Para aprofundar essa discussão, são apresentadas, na próxima seção, algumas simulações que buscam dimensionar a possível melhoria na distribuição de rendimentos.

## 7 RESULTADO DE SIMULAÇÕES

Para verificar o possível efeito, em curto prazo, do aumento do SM sobre a distribuição de renda, são desenvolvidas nesta seção algumas simulações, as quais devem ser entendidas como uma primeira tentativa de análise a ser futuramente aprofundada com simulações mais elaboradas.

O efeito do aumento do SM sobre o mercado de trabalho tem sido analisado por diferentes autores. Ulyssea e Foguel (2006) fazem uma breve revisão das metodologias adotadas para esse fim, e mostram como tais metodologias são relativamente insatisfatórias dada a sua dificuldade de isolar os efeitos exclusivos do SM. Há entre os especialistas, apesar disso, praticamente um consenso de que o crescimento do SM tem, como efeito, melhorar a distribuição dos salários.

Trabalhos recentes, como o de Fajnzylber (2001), o de Soares (2002) e o de Lemos (2005), confirmam os efeitos redistributivos do SM sobre a estrutura salarial nos setores formal e informal, obtendo-se elasticidades mais altas para os menores níveis de rendimento do trabalho. Tais estudos utilizam dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), permitindo o uso de painéis de indivíduos e, em alguns casos, de grupos de controle, para separar o efeito do SM sobre a distribuição dos rendimentos do trabalho.

A seguir são realizados dois tipos de simulação: um sobre os *rendimentos do trabalho*, e o outro sobre os *rendimentos de pensões e aposentadorias oficiais*.<sup>7</sup>

A simulação dos efeitos do aumento do SM sobre a distribuição de rendimentos de pensões e de aposentadorias são mais confiáveis dado o seu piso ser o próprio valor do SM, de modo que ao aumentar o SM carrega consigo todas as pensões e as aposentadorias entre o antigo e o novo valor.

No caso da simulação dos efeitos sobre o mercado de trabalho a situação é bem mais complexa, tendo-se em vista os efeitos indiretos sobre o nível de emprego. Entretanto, tais efeitos não estão sendo considerados nas simulações, de modo que, ao ser reajustado, o SM estaria aumentando todos os *salários* entre o velho e o novo nível do SM.

Para a obtenção dos resultados das simulações, parte-se da situação levantada pela Pnad em 2005 e compara-se a distribuição de renda original com a obtida com o aumento (de 10% a 50%) do valor do SM, supondo-se que todos os valores dos rendimentos – dos empregados (com ou sem carteira), de pensões e de aposentadorias oficiais – entre o antigo e o novo valor do SM sejam reajustados para o novo valor.<sup>8</sup>

Conforme esperado, a tabela 4 confirma que o aumento do SM tende a melhorar a distribuição dos rendimentos do trabalho, das pensões e das aposentadorias oficiais.

No primeiro caso, a redução é relativamente pequena. O índice de Gini cai, em 2005, de 0,544 para 0,540 com aumento de 10% no SM, e 0,519 com aumento de 50% para o SM. Noutras palavras: para um aumento de 50% no SM haveria uma queda inferior a 5% no índice de Gini.

No segundo caso, a redução é bem maior. Um aumento de 50% no SM reduziria o índice de Gini da distribuição de rendimentos de pensões e de aposentadorias em cerca de 20%.<sup>9</sup> Cabe também mencionar que o índice de Gini das pensões e das aposentadorias oficiais é bem menor que o dos rendimentos do trabalho.

<sup>7</sup> Dado tais rendimentos não serem levantados isoladamente pela Pnad, no caso do BPC não foram realizadas simulações.

<sup>8</sup> No caso dos rendimentos do trabalho não foram considerados os efeitos do SM sobre o rendimento dos trabalhadores por conta própria. A inclusão dos empregados sem carteira contribui para aumentar o efeito do SM, ao passo que a exclusão dos por conta própria surte o efeito inverso. Cabe notar que, de certa forma, a simulação utilizada é coerente com os resultados encontrados na seção 3, na qual se verificou que parcela importante dos trabalhadores não consegue acompanhar a elevação do SM. Em nosso caso, além dos assalariados em geral ficariam também para trás todos os trabalhadores por conta própria, abaixo do velho SM ou acima do novo SM.

<sup>9</sup> Tal resultado poderia ser utilizado para fortalecer um dos lados da atual polêmica entre defensores e não defensores da vinculação do SM ao piso previdenciário. Para uma posição favorável à desvinculação, ver, por exemplo, Neri e Giambiagi (2000). Para uma defesa da manutenção da vinculação ver, por exemplo, Lavinias (2005).

## TABELA 4

Simulações de aumentos percentuais do SM – índices de Gini para rendimento do trabalho e de aposentadorias e de pensões oficiais – 2005

Tipo de rendimento	2005	10%	20%	30%	40%	50%
Do trabalho	0,544	0,540	0,536	0,531	0,525	0,519
De aposentadorias e pensões oficiais	0,457	0,437	0,418	0,399	0,381	0,364

Fonte: Elaboração do autor, a partir de microdados da Pnad 2005.

Nota: <sup>1</sup> Pessoas sem rendimento e sem declaração não foram consideradas.

Considerando-se, finalmente, o resultado das simulações sobre a distribuição dos *rendimentos familiares per capita*, nota-se que em ambos os casos analisados (rendimentos do trabalho e de pensões/aposentadorias oficiais) haveria redução das desigualdades no rendimento familiar *per capita*.

Em se tratando dos rendimentos do trabalho, um crescimento de 50% no SM resultaria numa redução, de 0,564 para 0,552, do índice de Gini do rendimento familiar *per capita*. No caso das pensões e das aposentadorias oficiais, tal redução seria de 0,564 para 0,556. O efeito simultâneo das duas fontes de rendimento reduziria o índice de Gini para 0,543. Portanto, um aumento de 50% no SM produziria um efeito combinado capaz de reduzir o índice de Gini em menos de 4%.<sup>10</sup>

## TABELA 5

Simulações para aumentos do SM – índices de Gini da renda familiar *per capita* segundo as modificações em cada rendimento – 2005

Modificações	2005	Aumento de 10%	Aumento de 20%	Aumento de 30%	Aumento de 40%	Aumento de 50%
Todos os rendimentos	0,564	0,560	0,556	0,552	0,547	0,543
Somente rendimento do trabalho	0,564	0,562	0,560	0,558	0,555	0,552
Somente aposentadorias e pensões	0,564	0,563	0,561	0,559	0,558	0,556

Fonte: Elaboração do autor, a partir dos microdados da Pnad 2005.

Notas: <sup>1</sup> Pessoas com rendimento familiar *per capita* nulo e sem declaração não foram consideradas.

<sup>2</sup> Excluído o rendimento dos pensionistas, dos empregados domésticos, e dos parentes dos empregados domésticos.

## 8 CONCLUSÕES

Motivou este artigo a constatação de um movimento simultâneo de melhoria do SM e da distribuição de renda no Brasil da última década. Daí o interesse em analisar até que ponto haveria ou uma simples correlação, ou uma possível relação de causalidade entre tais fatores.

<sup>10</sup> Apesar das hipóteses simplificadoras utilizadas em nossas simulações, é interessante notar que ao utilizá-las (com 10% de aumento do SM) a partir dos dados da Pnad de 2004 encontramos, para 2005, praticamente o mesmo resultado obtido pela Pnad para o índice de Gini do rendimento familiar *per capita* (0,564). Cabe notar que o crescimento real do SM entre 2004 e 2005 foi cerca de 10%.

A análise dos dados da Pnad mostra haver pessoas recebendo um SM nos mais diversos níveis de rendimento familiar *per capita*. Entretanto, tais pessoas concentram-se, majoritariamente, abaixo dos níveis médios de rendimento.

Ainda que se reconheça o transbordamento parcial do SM para pessoas enquadradas nos níveis de rendimento familiar *per capita* mais elevados, o fato de a grande maioria dos receptores do SM se inserir em níveis de renda relativamente baixos é favorável à defesa da tese de que o SM pode ser utilizado para a melhoria da distribuição de renda.

Apesar da simplicidade das simulações realizadas na seção anterior, os resultados obtidos coincidem com os de outros autores, os quais também entendem que o aumento do SM tende a melhorar a distribuição de rendimentos do trabalho. Procurou-se dimensionar aqui, numa primeira aproximação, seu efeito sobre o índice de Gini.

Conforme esperado, confirmou-se o efeito francamente favorável do aumento do SM sobre a distribuição dos rendimentos de pensões e de aposentadorias.

Pelas simulações foi possível estimar os possíveis efeitos da elevação do SM sobre a melhoria da distribuição do rendimento familiar *per capita*. Embora a redução da desigualdade seja relativamente pequena se comparada ao aumento do SM, o movimento de melhoria da distribuição da renda familiar *per capita* parece inequívoco.

Contudo, é preciso reconhecer, por fim, que o fato de, diretamente, o SM atingir pouco as famílias mais pobres significa que sua capacidade para a redução da pobreza absoluta é limitada, e, portanto, não nos é possível prescindir de programas de transferência direta de renda em curto prazo para a redução dos bolsões de pobreza no País.

## 9 REFERÊNCIAS

- BACHA, E.; MATA, M.; MODENESI, R. **Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra**: uma interpretação do problema e seu debate. Rio de Janeiro: Ipea, 1972. (Coleção Relatórios de Pesquisa, n. 12).
- BACHA, E.; TAYLOR, L. Brazilian income distribution in the 60's: facts, model results and the controversy. **Journal of Development Studies**, v. 14, n. 3, 1978.
- BALTAR, P.; DEDECCA, C.; KREIN, J. (Orgs.). **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2005.
- BARROS, R.; CORSEUIL, C.; CURY, S. Salário mínimo e pobreza no Brasil: estimativas que consideram efeitos de equilíbrio geral. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 30, n. 2, 2000.
- CORSEUIL, C.; SERVO, L. **Salário mínimo e bem-estar social no Brasil**: uma resenha da literatura. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 880).
- FAJNZYLBER, P. **Minimum wage effects through the wage distribution**: evidence from Brazil's formal and informal sectors. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2001. (Texto para Discussão, n. 151).
- FOGUEL, M.; RAMOS, L.; CARNEIRO, F. **The impact of minimum wage on the labor market, poverty and fiscal budget in Brazil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, n. 839).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: Ipea, ago. 2006. (Nota Técnica). Disponível também em versão eletrônica: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em nov. 2006.
- IPEADATA. Desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2000. Apresenta base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil, a qual é mantida pelo Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em nov. 2006.
- LAVINAS, L. Salário mínimo, linha de pobreza e benefícios assistenciais: desvincular é preciso? In: BALTAR, P.; DEDECCA, C.; KREIN, J. **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2005.
- LEMOS, S. **Minimum wage effects on wages, employment and prices**: implications for poverty alleviation in Brazil. University of Leicester, 2005. (Working Paper, 05/15).
- MACEDO, R. B.; GARCIA, M. E. Salário mínimo e taxa de salário no Brasil: comentário. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 3, n. 10, 1980.

NERI, M.; GONZAGA, G.; CAMARGO, J. Salário mínimo, efeito farol e pobreza, **Revista de Economia Política**, v. 21, n. 2, 2001.

NERI, M.; GIAMBIAGI, F. Previdência Social e salário mínimo: o que se pode fazer respeitando a restrição orçamentária? **Revista do BNDES**, v. 7, n. 13, 2000.

RAMOS, L.; REIS, J. Salário mínimo, distribuição de renda e pobreza no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 25, n. 1, 1995.

SABOIA, J. **Salário mínimo: a experiência brasileira**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

SOARES, S. **O impacto distributivo do salário mínimo: a distribuição individual dos rendimentos do trabalho**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002. (Texto para Discussão, n. 873).

SOUZA, P.; BALTAR, P. Salário mínimo e taxa de salários no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 9, n. 3, 1979.

ULYSSEA, G.; FOGUEL, M. **Efeitos do salário mínimo sobre o mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.168).

